

Para uma perspectiva humanista das migrações

Boa tarde,

Muito obrigado pelo convite. Muito obrigado aos tradutores.

Gostaria de dizer que quando o Luis Filipe Guerra (Centro Mundial de Estudos Humanistas) me contactou para me propor a participação neste simpósio, não tive qualquer hesitação. Só tinha de verificar se era possível em termos da minha agenda. O tema da nação humana universal e o tema do futuro são assuntos que me entusiasma muito. Talvez eu ainda possa dizer que são os temas prioritários (com o tema da não-violência) que me dão sentido na vida.

Fiz a minha tese de doutoramento sobre o direito de voto dos estrangeiros.

Trabalho num laboratório de ciências sociais especializado em migrações e relações interétnicas.

Migrações e relações interétnicas

Pode-se entender as migrações (humanas) como movimentos de pessoas, circulações. Na realidade, não são apenas as pessoas que circulam, mas também produtos relacionados com os seres humanos, coisas materiais e também coisas imateriais, ideias, imagens, emoções, representações. O meu laboratório estuda isso ao nível global e pode-se destacar que, na realidade, as migrações não são um fenómeno isolado ou um detalhe, mas, sim, uma condição por si só do ser humano. De certa forma, todos os seres humanos estão expostos às migrações, seja porque nós mesmos somos migrantes ou herdeiros de migrações, seja como testemunhas de migrações. Nenhum ser humano no planeta pode dizer que não está relacionado com o assunto. Portanto, a questão das migrações é um assunto importante para a humanidade. Isto não é novo, ainda que, sem dúvida, para muitos de nós, pareça ter hoje mais relevância, devido à intensificação das circulações ao nível do planeta.

O outro objecto de estudo do meu laboratório é "as relações inter-étnicas". A palavra importante é "relações. Ou seja, trata-se de descrever, de estudar como os seres humanos, como os grupos

humanos se relacionam com outros seres humanos ou outros grupos humanos. Estas relações podem ser cooperativas ou competitivas, podem ser violentas ou não-violentas, podem ser relações de poder, amizade, amor ou ignorância, etc. Estas relações podem ser muito diversas. A palavra "interétnicas" é uma armadilha. Por outras palavras, o uso da palavra "etnia" é uma armadilha se a entendermos como uma forma de separar a humanidade em grupos naturalmente distintos. As etnias, como as raças, NÃO são realidades naturais, mas sim construções históricas, sociais e políticas. Não vou desenvolver isso em detalhe, mas, em síntese, é importante compreender que as diferenças entre os grupos humanos não têm nada de natural, não são eternas, são contingentes, são construídas num determinado contexto político, histórico, social e cultural. Constróem-se os grupos humanos e, por vezes, diluem-se. E também é importante dizer que, às vezes (muitas vezes), há relações de poder entre os grupos humanos.

Por exemplo, para justificar a escravatura ou o colonialismo, alguns usaram diferenças na cor da pele para inventar cientificamente diferenças naturais entre os seres humanos. Neste caso, foram criadas hierarquias entre os grupos formados. Diferenciar-se dos outros nem sempre significa afirmar-se como superior. Nem sempre, obviamente. Mas às vezes, sim. Por vezes, a afirmação da identidade de um grupo e a diferenciação em relação a outro grupo pode ter um carácter discriminatório. E isso, no problema das migrações, claro que tem a ver. Faz parte da lógica dos Estados nacionais estabelecer discriminações entre os

seus nacionais e os estrangeiros. As bases da discriminação são diversas, mas o facto de uma pessoa ter ou não a nacionalidade de tal ou tal país tem, evidentemente, a sua importância. Existem outras fontes de discriminação, como a aparência física, sexo ou género, orientação sexual, religião, etc. Há muitas maneiras de diferenciar os grupos humanos. E também há muitas maneiras de discriminar. Não há nada de automático na discriminação. Por outras palavras, podemos ter grupos diversos sem discriminação. Mas para que haja discriminação, é necessário que haja formação de um grupo distinto em relação a outro.

Pareceu-me importante dizer isto na introdução para sublinhar que a forma como os migrantes são representados é um produto histórico, social, cultural e político que nada tem de natural. Quer dizer, poderia ser muito diferente. Se hoje, na Europa, os migrantes são vistos como uma ameaça ou um "problema", algo pesado, é apenas uma visão parcial que tem as suas raízes numa situação específica de poder. Por detrás dessa visão, há uma ordem mundial, há poderes, há interesses. E isso é assim num momento e num lugar, mas pode mudar, pode ser diferente em outro momento ou noutro lugar.

O que vou apresentar agora é uma série de propostas sintéticas que apresentei há um ano, após uma reunião com Tomas Hirsch, um deputado humanista chileno. Como a questão da migração começa a ser relevante no Chile, trocámos ideias sobre o que seria uma perspectiva humanista sobre as migrações. Tentei formalizar algumas ideias simples, talvez demasiado simples, para poder pensar no tema das migrações. Sei muito bem que estas ideias simples podem ser difíceis de defender em certos contextos, como, por exemplo, o contexto italiano atual. Mas são ideias para desenhar um futuro diferente do mundo de hoje. Não são propostas para convencer os eleitores de Salvini na Itália, Le Pen na França ou Vox na Espanha, são ideias para construir o mundo de amanhã.

Para um ponto de vista humanista sobre migrações

- É essencial afirmar o direito de cada ser humano de circular, de se estabelecer e de viver com dignidade em qualquer parte do planeta. Este direito deve ser o objectivo, o fim de uma política humanista. Qualquer limitação por parte do Estado é ilegítima. Qualquer limitação tem consequências graves na vida dos seres humanos.
- A história da humanidade é uma história de migrações humanas. Houve e continua a haver migrações forçadas e violentas. OK. Mas há também a intencionalidade de o ser humano se mover, de descobrir outros lugares, outros povos, outros horizontes ... Não há nenhuma razão válida para parar este movimento, para limitá-lo, para impedi-lo. Não é desejável. E também não é possível parar as migrações. O que é possível é torná-las cada vez mais difíceis por razões administrativas e económicas. O que é possível é torná-las cada vez mais perigosas para os migrantes.
- De facto*, tanto ontem como hoje, os seres humanos circulam, mas não são iguais na liberdade de circulação no planeta. "Porque é que *tu*, com este passaporte e este cartão de crédito, *podes* ir a qualquer lugar do planeta? E queres limitar a mobilidade *dos outros*?". *De facto* e *de jure*, a liberdade de circulação é condicionada por duas pequenas coisas: o passaporte e o cartão de crédito. Isso quer dizer que essa liberdade depende da lotaria do lugar e do meio em que lhe foi dado a cada um nascer.
- Aqueles que querem limitar as liberdades dos outros têm muitas liberdades porque têm o "bom passaporte" e o "bom cartão de crédito".
- A política de "fecho de fronteiras" ou limitação das migração é um meio de precarizar a situação dos migrantes, para torná-los mais exploráveis no mercado de trabalho. Na verdade, é o que produz essa política. Além disso, o que ela produz é a justificação do racismo e da discriminação.

- A política de "fecho de fronteiras" é um recurso para que o Estado (que se diz soberano), o fazer crer que continua a ser soberano. Os mesmos políticos que justificam as suas políticas anti-sociais pela competição económica internacional (isto é, pela fraqueza do político frente às forças do dinheiro), pretendem administrar um Estado soberano, colocando guardas armados nas fronteiras, construindo muros. Os mortos nas fronteiras são as provas trágicas da suposta soberania.
- Os políticos corruptos estão sempre interessados em lidar com estas questões. Fazer os pobres acreditarem que são pobres por culpa dos mais pobres (e não dos ricos), é uma armadilha que funciona muito bem.
- Qual deve ser o objectivo de uma política humanista na matéria? Às vezes, cria-se a perspectiva de *evitar* as migrações com uma melhor distribuição da riqueza, com mais desenvolvimento económico e social, com menos violência e menos guerras... Mas não é assim. Os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz são válidos em si mesmos. Mas não devem ter como fim a limitação das migrações. Além disso, podem funcionar em sentido inverso: o desenvolvimento económico e social, os estudos e o comércio estimulam a mobilidade. E as migrações também estimulam o desenvolvimento económico (não só nos países de acolhimento, mas também nos países de origem: pelo dinheiro enviado pelos migrantes).
- O objectivo de limitar as migrações não pode ser um objectivo humanista. O objetivo humanista deve visar a igualdade dos seres humanos (incluindo nas suas possibilidades, mover-se no planeta), a liberdade (quanto mais libertes os outros, mais te libertes a ti mesmo).
- Nas polémicas políticas, os fantasmas são usados para assustar ou impressionar as pessoas. Qualquer agressão por parte de um migrante será suficiente para desenvolver o medo e a discriminação. Qualquer "bom tratamento" de um migrante será suficiente para desenvolver ciúmes.
- Os humanistas vão ser acusados de dar lições de moral pelos cínicos. Eles dirão: "Vocês são a favor dos migrantes, mas não sofrem as consequências. Por que não os acolhem em vossa casa gostam tanto deles? Por que é que as vossas crianças não vão às mesmas escolas? Nós defendemos o povo real que sofre com isso." Estes cínicos exploram a oportunidade de desqualificar qualquer postura ética humanista e justificar o seu anti-humanismo e os seus privilégios.
- Neste tópico (como em outros), é útil conhecer as contribuições científicas. Muitos sociólogos, economistas, demógrafos, historiadores, etc. estudam as migrações. É útil, permite argumentar de forma razoável, mas (como em outros campos) não é suficiente para lutar contra fantasmas.
- O facto de nas pessoas de uma povoação, haver um sentimento de ser "nós" *versus* "os outros" funciona muito bem ao nível dos estados "nacionais". Parece normal que um cidadão do Estado "A" tenha um privilégio no seu país "A" em relação a um cidadão do Estado "B". Parece-lhe normal porque se enraizou nas mentes que a cidadania é a de um país, e não a do planeta. Mas até que ponto se justifica esta discriminação? Talvez pareça normal que os mesmos direitos políticos e sociais não sejam reconhecidos aos estrangeiros. Mas não achas normal que possas matar um estrangeiro sem razão. Porque não?
- Essa fronteira da justificação da discriminação é mental, é cultural, é construída dentro de um contexto político gerido pelo Estado-nação. Não há nada de natural nisso. Hoje em dia, a discriminação sofrida pelos seres humanos nas migrações internacionais é grave. Muitos migrantes sofrem violência física, económica e racista. Mulheres, ainda pior. Para evitar tal violência, é essencial afirmar o objectivo da liberdade de circulação dos seres humanos no planeta.

- Liberdade de circulação, OK! Mas, e a liberdade de se estabelecer noutra país? A história da humanidade mostra-nos que isto funciona e que não é um custo para o país anfitrião, mas sim uma contribuição. Os países mais ricos do planeta são países de imigração. São países de imigração porque são ricos ou são ricos porque são países de imigração? Ambas as coisas são verdadeiras.
- Mas quando um povo tem a sua identidade, a sua cultura, pode sentir-se ameaçado pela chegada maciça de estrangeiros? Sim, pode. Mas, tal como no passado, as identidades dos grupos humanos (mesmo dos países) estão sempre a evoluir. A pergunta é: "Será que a identidade do nosso povo será tão fraca que não possa acolher e "integrar" essas pessoas? Tantos países já o fizeram e continuam a fazê-lo no mundo, porque não podemos nós?" A melhor maneira de construir a sua identidade e de respeitá-la é o encerramento, mas sim o reconhecimento mútuo das contribuições de cada um. Pode haver conflito, pode haver discrepâncias (como dentro das famílias ou aldeias), mas é todos juntos que formamos país.
- Quanto ao argumento da política concreta que eu deveria assumir se pudesse realmente decidir sobre o presente e o futuro do país, a questão das migrações não é diferente dos assuntos económicos ou éticos. Em primeiro lugar, temos de ter o objectivo claro, o fim da política humanista. Não se trata de humanizar um país isolado, mas sim o planeta. Portanto, o único objetivo deve ser o direito de qualquer ser humano a viver com dignidade em qualquer lugar do planeta. É um objectivo moral de liberdade e igualdade. Da mesma forma, devemos afirmar um objetivo de não-violência e paz no planeta. Segundo, como no exemplo da não-violência, o problema não pode ser abordado com perguntas em casos extremos: "Serias realmente não-violento se um terrorista comesse a matar estudantes numa escola? Ou se eles matassem a tua filha?". Se toda a população humana quisesse ir para Portugal em 2 dias, é claro, seria difícil assumi-lo. Mas quais seriam os números reais agora?
- O problema da livre circulação deve ser colocado ao contrário. Se não houver livre circulação, há circulação condicionada por passaporte e cartão de crédito (i.e. desigualdade e discriminação), há controlo e limitação (que tem um custo económico, político, social e humano). As políticas destinadas a limitar as migrações têm muitas consequências. Aqueles que promovem tais limitações devem justificá-las e avaliá-las.

A Nação Humana Universal

Creio que a afirmação da liberdade de circulação e de estabelecimento dos seres humanos é uma chave essencial na projeção da nação humana universal.

Para concluir, gostaria de voltar ao lema principal deste simpósio: a nação humana universal.

Teria muito a dizer sobre isso, mas não é possível em poucos minutos.

Portanto, gostaria apenas de voltar ao conceito de nação e discutir a relação entre nação e estado para alimentar a discussão:

O conceito de nação tem sido muito distorcido pelos estados modernos no âmbito do princípio da soberania. Quando os reis ou os imperadores tinham o seu poder legitimado pela força das armas ou pela iluminação de Deus, não precisavam do conceito de nação. Mas quando se tratou de justificar a herança do poder, quando o Rei começou a ter sua coroa não pelas suas próprias qualidades, mas sim de seu pai, inventou-se o segundo corpo do Rei, dando imortalidade ao poder transcendendo a vida física do Rei. A nação foi o conceito que deu permanência ao poder pelo seu carácter transcendental. Quer dizer que se justificava o poder sobre os seres humanos, residentes num dado lugar naquele período pelo simples fato de permanecer num corpo imortal e permanente: a nação daquele lugar. Justificava-se o poder do Rei Luís não sei quantos de França sobre as pessoas que ali viviam pela transcendência da nação Francesa e do seu Rei. E depois, com as revoluções

modernas (i.e., nos séculos XVII-XVIII), quando a crise dos poderes monárquicos ocorreu, a soberania do Rei tornou-se a soberania da nação. A nação moderna torna-se um princípio de legitimidade de uma nova forma de poder: os Estados-nação soberanos. O processo de explosão dos impérios foi concretizado pela multiplicação dos estados e cada estado, para justificar sua própria existência, necessitava de construir a sua nação como princípio de legitimidade.

Deste ponto de vista, não se pode ver a nação como um conceito sociológico que descreve um grupo humano que partilha algumas características comuns (língua, costumes, cultura em geral), pré-existentes ao Estado. Historicamente, a nação é antes um conceito político, um princípio de legitimação de um Estado.

Às vezes, a conciliação do princípio da soberania com o princípio da democracia passou por uma extrema valorização da nação, já que para cada poder era necessário exaltar a grandeza do seu povo, da sua nação. Assim, cometeram-se muitos crimes em nome da nação. O nacionalismo é a lógica indispensável dos Estados-nação, uma vez que se trata de distribuir riqueza entre si, incluindo e excluindo.

O projeto de uma nação humana universal é um projeto totalmente anti-nacionalista, já que se trata de integrar toda a humanidade nessa nação, sem criar excluídos.

De certa forma, seria a única nação sem não-nacionais.

Assim, a nação humana universal aparece não apenas como uma refundação não nacionalista do conceito de nação, mas como uma revolução política, uma nova forma de estruturar a população humana no planeta.

Há dois problemas pendentes:

- 1) Como articular uma grande nação humana com as mais pequenas? Seria possível ser ao mesmo tempo membro de uma nação portuguesa (ou italiana ou talvez catalã) e também de uma nação universal? Acho que sim. Creio que seria possível, que já se pode viver assim em alguns países plurinacionais e que, de certa forma, se trata de uma nova configuração do cosmopolitismo.
- 2) Como articular a nação humana universal com a sua instituição política? Haveria um Estado mundial? Até agora, os realistas dizem-nos que seria muito perigoso criar um para-estado, que esse para-estado não poderia ser democrático. Não sei, mas o que sei é que a história não parou e que a estamos a escrever agora. Não há nenhuma dúvida de que, ao mesmo tempo, precisamos de mais democracia, decisões a nível local, mais próximas de nós, e mais coordenação a nível mundial para enfrentar os problemas globais do planeta e da humanidade. Creio que o conceito de uma nação humana universal é bem-vindo para traçar o nosso futuro, pois convida-nos a reorganizar o funcionamento político do planeta.

Nada mais, de momento, muito obrigado pela vossa atenção.

Porto, 5 de abril de 2019

Hervé Andres